



Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 05 a 16 de fevereiro de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Congresso volta aos trabalhos na expectativa de votar a reforma da Previdência

O ano legislativo se iniciou na sexta-feira (2) com as atenções voltadas para a reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados (PEC 287/16). Esse deverá ser o tema central a partir desta segunda-feira (5), quando será realizada a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos, às 17 horas.

Relator muda texto da reforma da Previdência para conseguir apoio da bancada da segurança pública

O relator da reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados (PEC 287/16), deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), anunciou nesta terça-feira (6) mudança no texto para favorecer policiais e conseguir mais votos à proposta.

A nova alteração beneficia viúvo ou viúva de policial morto em ação, que passa a receber pensão integral e não mais um percentual do salário, como na versão anterior. A mudança busca conseguir mais votos de deputados da bancada da segurança pública e valerá para cônjuges de policiais rodoviários federais, policiais federais e policiais civis. Policiais militares estão fora da reforma da Previdência.

Projeto exige extintor em túneis rodoviários com mais de 200 metros de comprimento

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8418/17, que torna obrigatória a instalação de extintores de incêndio em túneis rodoviários com mais de 200 metros de comprimento, em todo o território nacional. Detalhes relativos a quantidade, localização e tipos de extintores serão regulamentados posteriormente pelas autoridades estaduais competentes.

Proposta torna obrigatório colete salva-vidas para jet ski e embarcação aberta

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8479/17, do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), que torna obrigatório o uso de colete salva-vidas por tripulantes e passageiros de embarcações abertas, sem a chamada "cabine habitável".

A obrigatoriedade do uso do colete também se estende aos passageiros e tripulantes de embarcação moto aquática (jet ski). A regra vale para viagens de navegação interior, aquela ao longo de canais, rios, lagoas, enseadas, baías e angras.

A proposta inclui a obrigação na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei [9.537/97](#)).



O texto é semelhante a outra proposta (PL [3925/12](#)), que foi aprovada pela Câmara em 2016, mas foi arquivada pelo Senado.

Decreto sobre intervenção federal no Rio dificulta votação da reforma da Previdência, afirma Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou nesta sexta-feira (16), em entrevista coletiva, que a votação da autorização ou não do decreto presidencial sobre intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro restringe o calendário de votação da reforma da Previdência (PEC 287/16). Maia lembrou que o decreto impede o Congresso de aprovar emendas constitucionais, como a da Previdência, cuja retomada de análise na Câmara estava prevista para a próxima segunda-feira (19).

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Projeto obriga bloqueio do sinal de operadoras em presídios

A Câmara dos Deputados analisa proposta que altera a lei do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen - Lei Complementar [79/94](#)) para determinar que as novas penitenciárias construídas com recursos do fundo devem conter equipamentos de bloqueio de telefonia celular.

A iniciativa consta no Projeto de Lei Complementar 345/17, do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). Segundo ele, "a maneira mais segura de se evitar a utilização dos celulares, já que é praticamente impossível coibir sua entrada, é bloquear o sinal das operadoras".

Discursos no Congresso alertam para aumento da violência

Deputados criticam ausência do poder público em regiões mais carentes.

Na mensagem enviada ao Legislativo para a abertura dos trabalhos de 2018, o presidente Michel Temer colocou como uma das prioridades do governo o combate "firme e consistente" ao crime organizado, além da atuação efetiva para coibir a entrada de drogas e armas em território nacional.

A segurança pública também pontuou o discurso do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, que vem de um dos estados onde a violência assume proporções mais graves, o Rio de Janeiro. Ele afirmou que o tema precisa ser discutido de maneira transparente no Parlamento.

Comissão vai convocar cúpula da segurança pública do RJ para explicar casos de violência durante carnaval

Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) vai convocar, na próxima quarta-feira (21), o secretário de Segurança Pública, Roberto Sá, o chefe da Polícia Civil, Carlos Leba, Wolney Dias, para explicar os casos de violência registrados no estado durante o carnaval.

1.3 POLÍTICA



Projeto proíbe partidos de mudar de nome ou sigla

Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei (PL 8546/17) da deputada Maria do Rosário (PT-RS) que proíbe os partidos políticos de mudarem de nome ou sigla após o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), salvo nos casos de fusão ou incorporação partidária.

A proposta altera a Lei dos Partidos Políticos ([Lei 9.096/95](#)). A deputada explica que o objetivo da proposta é evitar que os partidos políticos mudem de nome “com finalidades eleitoreiras, com o objetivo de escapar à má fama que eventualmente possam ter adquirido”.

Coleta de assinaturas de apoio a projetos de lei de iniciativa popular poderá ser feita pela Internet

A mudança está entre as sugestões da comissão especial da reforma política. A Câmara já trabalha no desenvolvimento de tecnologia para implantar a medida

A coleta de assinaturas de apoio a projetos de lei de iniciativa popular poderá ser feita pela Internet. A mudança está entre as sugestões apresentadas durante a discussão da reforma política.

A comissão especial que discutiu a matéria no ano passado aprovou [relatório sobre os mecanismos de democracia direta](#) e sugeriu projeto de lei com novas regras para plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular.

Pelo [texto](#), as assinaturas de apoio a propostas de iniciativa popular poderão ser colhidas eletronicamente e a Câmara dos Deputados disponibilizará gratuitamente plataforma tecnológica de sua propriedade destinada à coleta de subscrições.

Celso Russomanno é o novo líder do PRB na Câmara

O deputado Celso Russomanno (PRB-SP) é o novo líder do seu partido na Câmara dos Deputados. Ele assume a liderança no lugar do deputado Cleber Verde (PRB-MA), que anunciou a mudança em discurso no Plenário.

Celso Russomanno está em seu quinto mandato de deputado federal. Entre outras atividades na Câmara, ele já foi presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e líder do PRB em 2014 e 2015.

Deputado João Rodrigues é preso em São Paulo

O deputado João Rodrigues (PSD-SC) foi preso hoje pela Polícia Federal no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Na terça-feira (6) o Supremo Tribunal Federal havia determinado a prisão do parlamentar, condenado pela segunda instância da Justiça Federal a cinco anos e três meses de reclusão, em regime semi-aberto, por dispensa irregular de licitação, quando ocupou o cargo de prefeito de Pinhalzinho (SC).

O deputado está no segundo mandato, tendo assumido pela primeira vez em 2011. A Secretaria-Geral da Mesa informou que ainda aguarda a notificação da prisão para avaliar quais providências serão tomadas.



Plenário conclui discussão de MP sobre concessão de rodovias e encerra sessão

O Plenário da Câmara dos Deputados encerrou a discussão da Medida Provisória 800/17, que autoriza a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a celebrar aditivo contratual com as concessionárias de rodovias federais para alongar o prazo de execução de investimentos previstos originalmente.

Essa postergação dos investimentos poderá ocorrer uma única vez em comum acordo com a concessionária. O prazo máximo da reprogramação será de até 14 anos, condicionado à demonstração da sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

Relator muda texto da reforma da Previdência para conseguir apoio da bancada da segurança pública

Objetivo é chegar aos 308 votos de deputados necessários para aprovação. Já a oposição realiza manifestação contra a proposta na Câmara e promete obstrução

O relator da reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados (PEC 287/16), deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), anunciou nesta terça-feira (6) mudança no texto para favorecer policiais e conseguir mais votos à proposta.

A nova alteração beneficia viúvo ou viúva de policial morto em ação, que passa a receber pensão integral e não mais um percentual do salário, como na versão anterior. A mudança busca conseguir mais votos de deputados da bancada da segurança pública e valerá para cônjuges de policiais rodoviários federais, policiais federais e policiais civis. Policiais militares estão fora da reforma da Previdência.

Vinte medidas provisórias aguardam deliberação do Congresso

Os parlamentares devem analisar 20 medidas provisórias (MPs) na retomada dos trabalhos legislativos. Seis já tiveram as respectivas **comissões mistas** instaladas e duas já passaram pelo exame das comissões e aguardam a deliberação da Câmara dos Deputados para serem remetidas ao exame do Senado. Outras 12 MPs aguardam a instalação das comissões mistas. Entre as que esperam a designação dos integrantes das comissões está a MP [808/17](#), que altera regras da reforma trabalhista (Lei [13.467/17](#)), em vigor desde novembro do ano passado.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Câmara avalia criação de cadastro nacional de estupradores

Se aprovado, banco de dados terá características físicas, digitais, informações do DNA e fotos de quem já foi condenado

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2016, houve quase 50 mil estupros em todo o País, uma média de 24 ocorrências para cada 100 mil habitantes. Essas estatísticas, no entanto, não refletem a realidade, já que a vergonha e o medo impedem que muitas mulheres denunciem casos de violência sexual.



[Projeto inclui debate sobre violência contra crianças, adolescentes e mulheres nas escolas](#)

Se aprovado, prevenção de todas as formas de violência pode fazer parte de diferentes disciplinas escolares. Dois segundos. Esse é o tempo estimado até que uma mulher seja vítima de violência física ou verbal no Brasil, segundo dados de 2017, divulgados pelo Instituto Maria da Penha. Dificuldades para denunciar esses casos também foram destaque em uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça.

Com o objetivo de ampliar a discussão do assunto nas escolas, a Comissão de Educação da Câmara aprovou uma proposta (PL 2805/2015) que inclui a prevenção da violência contra a criança, o adolescente, e a mulher em diferentes momentos das disciplinas da educação básica. O texto propõe que o assunto esteja no currículo escolar entre os temas transversais. Dessa forma, conteúdos relacionados à prevenção de todas as formas de violência deverão estar inseridos em diferentes disciplinas e ao longo de todo o ano escolar.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (19)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

19 horas

Votações em Plenário

Análise da Mensagem 80/18, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do decreto de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro "com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (20)

10 horas

Colégio de Líderes

Reunião para discutir a pauta da semana.

Gabinete da Presidência

10 horas

Votações em Plenário

Sessão extraordinária cuja pauta inclui três medidas provisórias: MP 800/17, que estabelece diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais; MP 801/17, que dispensa os estados de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União; e MP 802/17, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Plenário Ulysses Guimarães



11 horas

Comissão Externa sobre o Endividamento do Setor Agrícola

Definição do roteiro de trabalhos; e votação de requerimentos.

Sala 175-B, anexo 2

14h30

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15)

Eleição para 2º vice-presidente; e votação de requerimento.

Plenário 16

15 horas

Sessão do Congresso Nacional

Votação de vetos presidenciais e de projeto de abertura de crédito orçamentário (PLN 1/18).

Logo após, haverá sessão de **votações da Câmara**, na pauta as proposições remanescentes da sessão anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

QUARTA-FEIRA (21)

8 horas

Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal

Café da manhã para debater temas de interesse da PRF e as ações previstas junto ao Legislativo para o ano de 2018. Também serão apresentadas e discutidas as demandas dos policiais rodoviários federais.

Restaurante do 10º andar, anexo 4

8 horas

Frente Parlamentar do Transporte Público

Café da manhã para debater o financiamento do transporte público coletivo.

Sala VIP do restaurante do 10º andar, anexo 4

9 horas

Votações em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

14h30

Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Votação de requerimentos.

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Grupo Parlamentar Brasil-Argentina

Audiência pública para discutir a criação de organismo bilateral de Metrologia entre Brasil e Argentina, com a presença do embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños.

Foram convidados, entre outros, o secretário do Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Abrão Miguel Árabe Neto; e o coordenador-geral de Articulação Internacional do Inmetro, Jorge Antônio da Paz Cruz.

Evento interativo pelo [e-Cidadania](#).

Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado



16 horas

Votações em Plenário

Continuação da sessão anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (22)

9 horas

Votações em Plenário

Análise de acordos internacionais.

Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (23)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/553408-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

**SENADO
FEDERAL**



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Segurança pública continua em destaque na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) entra nas últimas semanas do ano com projetos relacionados à segurança pública como destaque na pauta. A próxima reunião do colegiado está marcada para quarta-feira (6).

Novo Código de Processo Penal pode ser votado neste semestre na Câmara

A reforma do Código de Processo Penal pode ser votada neste semestre pela Câmara dos Deputados. O [PLS 156/2009](#) foi aprovado no final de 2010 pelo Plenário do Senado. A proposta diminui o número de recursos judiciais e prevê julgamentos rápidos para crimes leves, em caso de confissão pelo réu. O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) acredita que se um novo Código de Processo Penal estivesse em vigor nos últimos 25 anos a população carcerária seria 50% menor.

Senado pode passar a exigir prestação de contas de autoridades

O Senado tem a responsabilidade constitucional de decidir sobre a nomeação de uma série de autoridades, ao sabatar os indicados e votar pela aprovação dos seus nomes. E também pode assumir um papel maior no acompanhamento do trabalho dessas autoridades. Foi encaminhada ao Plenário a [PEC 89/2011](#), segundo a qual várias das autoridades cuja indicação é submetida ao Senado devem comparecer anualmente à Casa



para prestar contas do andamento das suas atividades. A regra se aplicaria a diretores de agências reguladoras e do Banco Central, a membros de conselhos e ao chefe da Defensoria Pública da União.

Senadores prometem prioridade à segurança pública em 2018

Os senadores elegeram a segurança pública como uma das prioridades do Congresso Nacional em 2018. Ao chegarem à cerimônia de abertura dos trabalhos do Parlamento nesta segunda-feira (5), eles afirmaram que o Senado precisa abordar esse tema com urgência, dedicando-se a aprimorar o financiamento do setor, retomar o controle dos presídios pelo Estado e reforçar a estrutura de combate ao crime organizado.

Senadores comentam principais temas da reabertura dos trabalhos

Depois de terminada a sessão solene do Congresso Nacional que inaugurou o ano legislativo de 2018, vários senadores comentaram os principais temas abordados na mensagem do presidente da República e nos discursos dos presidentes da Câmara e do Senado. Reforma da Previdência, segurança pública e retomada econômica chamaram mais a atenção dos senadores.

Lindbergh diz que Lula será candidato em qualquer circunstância

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) previu nesta segunda-feira (5) uma resistência maciça do povo em caso de prisão ou de impedimento da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considera vítima de uma “farsa” contrária ao pacto democrático. Na avaliação de Lindbergh, a “caçada” a Lula é um ataque ao povo trabalhador brasileiro e um sinal do desespero das elites diante da iminente vitória eleitoral do petista.

Fernando Collor anuncia candidatura à Presidência da República

Em pronunciamento nesta terça-feira (6), o senador Fernando Collor (PTC-AL) anunciou sua pré-candidatura à Presidência da República. Collor disse que ter convicção sobre qual o melhor rumo para o Brasil, da mesma forma tinha quando foi presidente em 1989.

Ao mencionar o período em que esteve à frente do Planalto, Collor defendeu medidas “progressistas e liberais”, capazes de promover as mudanças demandadas pela população. Para ele, a interação entre os setores público e privado é um “mandamento do Estado Moderno”.



Elber Batalha registra troca de comando em batalhão do Exército em Aracaju

O senador Elber Batalha (PSB-SE) registrou em Plenário sua participação na transmissão de comando do 28º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, sediado em Aracaju. O parlamentar elogiou a atuação do coronel Marco Aurélio Kurster de Paula, que passou o comando ao tenente-coronel José Fernandes Carneiro dos Santos Filho.

Plenário acelera tramitação de projetos voltados para a área de segurança pública

No primeiro dia de votações de 2018 o Plenário do Senado já começou a colocar em prática a agenda de segurança pública, uma das grandes prioridades da Casa no ano. Os senadores decidiram nesta terça-feira (6) acelerar a tramitação de dois projetos dedicados ao setor.

Um deles é o PLS 32/2018, recém-protocolado junto à Mesa, que caminhará em regime de urgência. Ele torna obrigatória a instalação nos presídios do país de aparelhos que bloqueiam o sinal de celular. A intenção é combater a ação do crime organizado nas penitenciárias, evitando que os detentos se comuniquem com o exterior.

Gladson Cameli destaca aumento da violência no Acre

O senador Gladson Cameli (PP-AC) lamentou que as polícias do Acre não têm estrutura adequada para o enfrentamento do crime organizado. Por isso, pediu ajuda ao governo federal, ao lembrar que o estado faz fronteira com o Peru e a Bolívia, países produtores de cocaína.

Gladson disse que a violência, antes limitada às grandes capitais e estados mais populosos, agora chegou ao Acre, que, apesar de ter apenas 800 mil habitantes, sofre com índices elevados, proporcionalmente à sua população. Em 2017, foram 450 homicídios. Só nas duas primeiras semanas de janeiro de 2018, foram 20 assassinatos, informou.

Lindbergh Farias ataca governo Temer e pede apoio à greve geral do dia 19

Em pronunciamento nesta quinta-feira (8), o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou o presidente da República, Michel Temer, de governar para os ricos, grandes empresários, banqueiros, multinacionais e contra o povo. Enquanto isso, afirmou, a população sofre com a perda de benefícios sociais e com o corte de recursos em segurança pública, saúde e educação.

Lindbergh afirmou que a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, já provocou a redução de 700 mil empregos com carteira assinada e gerou 300 mil demissões, sendo que a reconstrução desse contingente ocorrerá de forma precária, favorecendo o crescimento da informalidade. O senador também convocou os trabalhadores à greve geral marcada para o dia 19 de fevereiro.

Primeira PEC de 2018 amplia duração das licenças maternidade e paternidade

A ampliação das licenças maternidade e paternidade para todos os cidadãos brasileiros, igualando os benefícios concedidos a trabalhadores privados aos já garantidos para funcionários públicos, é o objetivo da primeira Proposta de Emenda à Constituição (PEC)



apresentada este ano. A PEC 1/2018 aumenta para 180 dias, para as mães, e 20 dias, para os pais, o prazo do afastamento remunerado.

Hoje, trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) têm direito à licença de 120 dias, para as mães, e cinco dias, para os pais, garantidos pela Constituição.

Semana de abertura do legislativo contou com diversas aprovações

As atividades do Parlamento brasileiro em 2018 foram abertas oficialmente na segunda-feira (5) em sessão solene do Congresso Nacional. Retomada do crescimento econômico, segurança pública e reforma da Previdência foram os temas que marcaram a reabertura dos trabalhos do Legislativo após o recesso parlamentar. Este será o quarto e último ano da 54ª Legislatura e será também o último ano de mandato de 54 senadores e dos 513 deputados.

Projeto concede porte de arma à segurança do metrô

Os agentes de segurança metroviária poderão ter porte de arma. A permissão está prevista no projeto de autoria do senador Hélio José (Pros-DF), que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS [34/2018](#)) altera o Estatuto do Desarmamento (Lei [10.826/2003](#)) para estender aos agentes de segurança metroviária a possibilidade de portar arma de fogo, como já é autorizado para as carreiras de agentes prisionais e para as guardas portuárias.

Segurança pública e microeconomia estão na pauta do Plenário

A primeira sessão deliberativa de Plenário após o Carnaval será na terça-feira (20), quando os senadores vão analisar uma [pauta](#) com cinco itens. Projetos relativos à segurança pública continuam a dominar a ordem do dia. Há ainda uma proposta que faz parte da agenda positiva da microeconomia, elaborada por um [grupo de trabalho](#) formado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Raupp aponta aumento da violência e diz que segurança pública é a prioridade este ano

Leis que promovam o combate à violência devem ter destaque na pauta do Congresso Nacional em 2018, afirmou nesta quinta-feira (15) em Plenário o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Raupp apresentou dados do Mapa da Violência e do Ministério da Justiça que atestam o aumento no número de crimes no país. De acordo com o senador, entre 1980 e 2014 houve 968 mil mortes por ferimentos com armas de fogo. Em 1980 foram 6.104 homicídios. Em 2014 chegou a 42.291. Hoje, o número de mortes já ultrapassa a casa de 60 mil.

3. PODER JUDICIÁRIO



3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Procuradora-geral da República contesta no STF norma que prevê impressão do voto

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5889, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o dispositivo incluído na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) pela chamada “Minirreforma Eleitoral” (Lei 13.165/2015), que determina a impressão do registro de cada voto no processo de votação eletrônica. Para Dodge, a reintrodução do voto impresso como forma de controle do processo eletrônico de votação “caminha na contramão da proteção da garantia do anonimato do voto e significa verdadeiro retrocesso”.

Deferido pedido de prazo em dobro para resposta à denúncia em inquérito contra Aécio Neves

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu pedido formulado pela defesa do senador Aécio Neves (PSDB-MG) para concessão de prazo em dobro para resposta à denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no Inquérito (INQ) 4506. Na peça acusatória, a PGR acusa o senador, sua irmã Andrea Neves da Cunha, Frederico Pacheco de Medeiros e Mendherson Souza Lima da prática do crime de corrupção passiva, e o parlamentar também de tentar embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa. Os fatos dizem respeito à solicitação de R\$ 2 milhões de reais pelo senador ao empresário Joesley Batista, executivo do grupo J&F.

“Temos um débito enorme com a sociedade”, diz ministra Cármen Lúcia em inauguração de presídio

"O cidadão brasileiro está cansado de tanta ineficiência e espera poder voltar a confiar nas instituições", disse a ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), na inauguração nesta sexta-feira (9) do novo presídio de Formosa, a 80 km de Brasília.

3.2

SUPERIOR
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA

Proposta que altera composição do CJF deve ter tramitação célere

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministra Laurita Vaz, entregou nesta quinta-feira (8) ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anteprojeto de lei que dispõe sobre a composição do CJF. O texto prevê a criação da figura do vice-corregedor-geral do conselho, que substituirá o corregedor-geral nas faltas e impedimento e em atividades, por delegação.



Identificação de menores infratores em matéria jornalística, mesmo que indireta, é vedada pelo ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veda a veiculação de notícias que permitam a identificação de adolescentes infratores, inclusive nas hipóteses em que a matéria jornalística forneça elementos isolados que, apenas ao serem conjugados, possibilitem a identificação indireta do menor.

Com base nesse entendimento, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) contra acórdão que havia isentado revista semanal de multa por ter divulgado reportagem com elementos capazes de identificar menores infratores.

3.3 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Plenário reforma sentença e absolve civil por apropriação de pensão da Marinha

O Superior Tribunal Militar (STM) mudou o entendimento de primeira instância da Justiça Militar da União e absolveu um civil acusado de ter se apropriado do dinheiro depositado pela Marinha do Brasil na conta de seu pai, um militar falecido. O réu havia sido condenado a 30 dias de detenção pelo crime de apropriação de coisa havida acidentalmente, previsto no artigo 249, do Código Penal Militar (CPM).

Segundo a denúncia do Ministério Público Militar, no período compreendido entre 22 de novembro de 2010 e 20 de janeiro de 2011, o denunciado apropriou-se do valor total de R\$ 13.068,83 de que tinha a posse, em razão de ser procurador da conta-corrente da Caixa Econômica Federal, em nome de seu pai, um suboficial da Marinha, onde recebia o pagamento de seus proventos.

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA

Com as cheias dos Rios Tocantins e Itacaiúnas, Exército Brasileiro leva “Mão Amiga” à população de Marabá.

Marabá (PA) – O Exército Brasileiro, por intermédio da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI), está apoiando a Defesa Civil de Marabá, no estado do Pará, no auxílio à população atingida pela enchente provocada pelo aumento do nível dos Rios Tocantins e Itacaiúnas.

4.2 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



INSTITUCIONAL: Previdência Complementar atualiza Coletânea de Normas

Legislação atualizada até dezembro de 2017 já está disponível na internet. Da Redação (Brasília) – A Coletânea de Normas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) atualizada até dezembro de 2017 já está disponível no portal da Previdência. O documento, com quase 700 páginas, contempla todo o arcabouço normativo de previdência complementar, como leis, decretos, [...]

RPPS: Previdência pública manual e institui membros da Comissão do Pró-Gestão

RPPS

Programa incentiva melhores práticas de gestão pelos Regimes Próprios. Da Redação (Brasília) – A Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda deu continuidade à implantação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS. A Portaria [...]

INTERNACIONAL: Acordos de Previdência ampliam proteção social a brasileiros no exterior

Da Redação (Brasília) – A Previdência Social brasileira, ao completar 95 anos no último dia 24 de janeiro, comemora também o estabelecimento de 14 acordos bilaterais e dois multilaterais, beneficiando mais de um milhão de brasileiros residentes nos países signatários dos acordos internacionais.

4.3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA

Solicitantes de refúgio terão documento de identificação no Brasil

Medida reafirma direitos já concedidos a nacionais de outros países, como a emissão de CPF e Carteira de Trabalho. Documentos serão emitidos a partir de outubro deste ano. Os solicitantes de refúgio no Brasil ganharão um documento de identificação a partir de outubro deste ano. A medida é uma forma de reafirmar os direitos já existentes aos nacionais de outros países que vêm solicitar refúgio no Brasil, como a expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social e a emissão de CPF. Atualmente o solicitante de refúgio, ao procurar a Polícia Federal, recebe um protocolo que já garante os mesmos direitos. A diferença é que com o documento ficará mais



simples e seguro o processo de identificação do solicitante de refúgio, o que facilitará ainda mais o acesso aos direitos já garantidos.

Comitê contra o roubo de cargas será reativado

Em audiência com presidente do Instituto Etco, ministro Torquato Jardim afirma que políticas de defesa da propriedade intelectual serão prioridade

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, recebeu, na tarde desta quarta-feira (7), o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Edson Vismona, e atendeu ao pedido para reativar o Comitê Gestor de Combate ao Roubo de Cargas. O Conselho Nacional de Combate à Pirataria foi convidado a fazer parte do comitê, que voltará à ativa no dia 14 de março.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, LIVROS, REVISTAS ETC.)

Polícia prende três suspeitos de matar um militar durante a folga, em Contagem

Polícia Militar (PM) prendeu, neste domingo (4), três pessoas e apreendeu dois adolescentes suspeitos de envolvimento no assassinato de um militar em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O crime aconteceu na madrugada de sábado (3) e a motivação ainda é desconhecida.

Janeiro tem alta no número de explosões a agências bancárias em AL, diz sindicato

Janeiro de 2018 teve explosões em três agências bancárias no interior de Alagoas. A modalidade é sempre a mesma: várias pessoas chegam, explodem caixas eletrônicos e fogem em seguida com dinheiro. O número é alto, segundo o Sindicato dos Bancários do Estado.

Base de combate ao narcotráfico instalada na fronteira do AM será remanejada, diz PF

Base Anzol permanente de operações em Tabatinga, a 1.108 km de Manaus - região de tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, será remanejada para um local estratégico, segundo informou a Polícia Federal nesta segunda-feira (5).

De acordo com a Polícia Federal, o local ainda será "definido a fim de combater a criminalidade".

Temer pretende lançar Ministério da Segurança e levanta polêmicas

O presidente Michel Temer deverá anunciar nos próximos dias a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Pública. A proposta já vinha sendo aventada desde novembro do ano passado, pelo ministro da Justiça, Torquato Jardim. Mas vem ganhando cada vez mais relevância como uma forma do governo Temer conquistar a opinião pública, lembrando que, segundo levantamentos do Datafolha, sua gestão tem o apoio de apenas 5% da população e o tema - segurança pública - é de grande apelo.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES E ESTRATÉGICAS PARA A FENEME NO ÂMBITO DOS PODERES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES, ESTÃO SENDO REPASSADAS VIA RELATÓRIOS E COMUNICAÇÕES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS.